

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTES E COMUNICAÇÃO SOCIAL
GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL

ROBERTA FRANCESCA TELES RAMUNDO

IDENTIDADE, CULTURA E GESTÃO DO QUILOMBO DO GROTÃO

NITERÓI

2018



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
COORDENAÇÃO DA GRADUAÇÃO EM PRODUÇÃO CULTURAL - GGR

ATA DE APRESENTAÇÃO DE TRABALHO FINAL DO CURSO DE PRODUÇÃO CULTURAL

IDENTIFICAÇÃO DO TRABALHO

Nome do Candidato: **ROBERTA FRANCESCA TELES RAIMUNDO** Matrícula: 215 033 089

Título do Trabalho:
"IDENTIDADE, CULTURA E GESTÃO DO QUILOMDO DO GROTÃO."

Orientador(a): **LUIZ AUGUSTO FERNANDES RODRIGUES**

Categoria: **MONOGRÁFICA** Data da Apresentação: **13/12/2018**

BANCA EXAMINADORA

1º Membro (Presidente): **Dr. Luiz Augusto Fernandes Rodrigues**

2º Membro: **Drª. Neide Aparecida Marinho**

3º Membro: **Me. Janaína Dias**

AVALIAÇÃO:

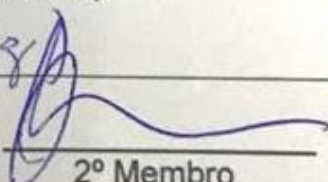
Análise / Comentário

A monografia contribui com sínteses sobre importantes conceitos e processos, como identidade quilombola, escravidão no Brasil, território antropológico. Traz, ainda, reflexões sobre algumas políticas culturais brasileiras. A banca destacou que em futuros estudos a temática permite aprofundamentos a partir da ideia de mediação.

Nota Final (média dos três integrantes da Banca Examinadora):

10,0 (dez)

ASSINATURAS: 
1º Membro (Presidente)


2º Membro


3º Membro

Ficha catalográfica automática - SDC/BCG

T2691 Teles Ramundo, Roberta Francesca
Identidade, Cultura e Gestão do Quilombo do Grotão /
Roberta Francesca Teles Ramundo ; Luiz Augusto F. Rodrigues,
orientador. Niterói, 2018.
42 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Produção
Cultural)-Universidade Federal Fluminense, Instituto de Arte e
Comunicação Social, Niterói, 2018.

1. Políticas Culturais. 2. Ponto de Cultura. 3. Quilombo do
grotão. 4. Produção intelectual. I. Título II. F.
Rodrigues, Luiz Augusto, orientador. III. Universidade Federal
Fluminense. Instituto de Arte e Comunicação Social.
Departamento de Arte.

CDD -

Bibliotecária responsável: Angela Albuquerque de Insfrán - CRB7/2318

ROBERTA FRANCESCA TELES RAMUNDO

IDENTIDADE, CULTURA E GESTÃO DO QUILOMBO DO GROTÃO

Monografia apresentada ao curso de Graduação
em Produção Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial para
obtenção do Grau de Bacharel.

Aprovada em dezembro de 2018

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Augusto F. Rodrigues (Orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. Dr^a. Neide Aparecida Marinho
Universidade Federal Fluminense

Prof^a. M^a. Janaína Dias
Universidade Federal Fluminense

Niterói
2018

ROBERTA FRANCESCA TELES RAMUNDO

Monografia apresentada ao curso
de Graduação em Produção
Cultural da Universidade Federal
Fluminense, como requisito parcial
para obtenção do Grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. LUIZ AUGUSTO F. RODRIGUES

Niterói

2018

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Roberto Salvatore e Vanilda Teles, que me apoiaram e apoiam em todos os momentos dentro e fora da vida acadêmica e que acreditam que o esforço e a dedicação nos levam aonde queremos.

A meu orientador, Luiz Augusto F. Rodrigues, por acreditar em mim e me dar a oportunidade de realizar a pesquisa de iniciação científica que deu origem a esta monografia e por toda atenção durante o processo.

Ao Quilombo do Grotão pela atenção e pela possibilidade de vê-los como objeto de estudo durante a realização da pesquisa.

[...] E de guerra em paz

De paz em guerra

Todo povo desta terra

Quando pode cantar

Canta de dor [...]

- O Canto das Três raças- Mauro Duarte e

Paulo César Pinheiro

RESUMO

A pesquisa traz o Quilombo do Grotão, comunidade de remanescentes quilombolas, do Engenho do Mato, Niterói, como objeto para falar sobre cultura, formação de identidade, território, origem da ideia de “quilombo”, escravidão, políticas culturais e história da formação social brasileira. Com embasamento teórico e pesquisa de campo, são tratadas questões que envolvem lutas e conquistas do povo negro.

Palavras-chave: Quilombo do Grotão; Remanescentes quilombolas; Quilombo; Identidade Cultural; Produção Cultural; Ponto de Cultural.

ABSTRACT: The research brings Quilombo do Grotão, a quilombola remnant community, from Engenho do Mato, Niterói, as an object to talk about culture, identity formation, territory, origin of the idea of "quilombo", slavery, cultural politics and history of Brazilian's social formation. With theoretical background and field research, points of struggle and conquers are treated to talk about the black people.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 8 |
| 2 CULTURA, CONCEITO CHAVE | 9 |
| 2.1 Produção Cultural e políticas | 11 |
| 2.2 Povos e Comunidades tradicionais | 13 |
| 2.3 Surgimento de identidades | 16 |
| 3 A ESCRAVIDÃO E OS QUILOMBOS | 17 |
| 3.1 O quilombo e a escravidão | 19 |
| 3.2 Quilombo no Brasil | 22 |
| 3.3 Quilombo do Grotão | 24 |
| 4 POLÍTICA E DEFINIÇÕES | 27 |
| 4.1 Conquista de território | 28 |
| 4.2 Ponto de cultura | 31 |
| 4.3 Políticas Culturais e Secretaria de Cultura de Niterói | 33 |
| 4.4 Memória | 36 |
| 5 CONCLUSÃO | 39 |
| REFERÊNCIA | 40 |

INTRDUÇÃO

Identidade, Cultura e Gestão do Quilombo do Grotão é um trabalho que traz o Quilombo do Grotão, comunidade Quilombola do município de Niterói, como objeto principal para tratar de assuntos que permeiam a sociedade atual, relacionados a questões negras no Brasil, políticas culturais e sociedade em diálogo com o território. O Quilombo faz parte do cenário de Niterói e através de sua história de lutas e conquistas, foi possível extrair um olhar sobre sua organização, gestão e identidade.

O campo da produção cultural é amplo, os atuantes e produtores de cultura têm suas funções entrelaçadas e o direito do fazer cultural faz parte da sobrevivência das diversas tribos que, a partir de um olhar macro, se constituem em uma única. Dentro de uma sociedade são encontradas diversos fazeres que caracterizam um grupo e este descende de outros grupos. Observar sua movimentação no âmbito cultural e ouvir igualmente as vozes dentro de um todo, é produzir com alteridade dentro de um sistema, sejam falas, ações ou políticas que dialoguem com suas necessidades.

Como estudante de Produção Cultural na Universidade Federal Fluminense (UFF), tive um olhar observador. Não me insiro neste grupo e não tenho relação direta com Niterói, porém como aluna, durante a graduação, criei uma relação com a cidade e percebo sua importância dentro do estado do Rio de Janeiro, e do país. De primeira instância, buscar o Grotão foi uma experiência distante e desconhecida e depois a ele pude somar minhas impressões.

Realizo esta pesquisa e acredito que se faz importante a medida que pouco foram discutidas, durante a graduação, gramáticas afro-brasileiras. Temáticas que tratassem dos povos escravizados, suas produções artísticas e da patrimonialização da cultura negra. Poucos autores e autoras negras foram utilizados como fonte de pesquisa e há uma concentração de autores, homens, europeus, em um curso que se discute cultura dentro de sua diversidade

Os capítulos foram divididos em três etapas que costuradas falam de cultura em seu sentido antropológico, construção de identidade dentro do território e do território como um espaço antropológico. Então, é dado o seguimento na busca pela origem de “quilombo” e como foi estruturado no mundo até que chegasse ao Brasil por conta da escravidão aqui instaurada. Este resquício de submissão de “raça” é bem presente em nossa sociedade e é a partir destes “remanescentes”, que traço uma espécie de linha do tempo que conversa com questões atuais

sobre o Quilombo, sua formação, sua estrutura e organização interna, suas conquistas e seu papel dentro da cena cultural.

Em contato com o espaço, tive a oportunidade de conversar com pessoas que vivem esta realidade e de entender que assim como eu, que moro próximo ao centro do Rio de Janeiro, existimos, de certa maneira, convivemos em comunidade e produzimos cultura, somos parte de um mosaico cultural e que precisamos de moradia e reconhecimento legal. Olhar para o outro exige alteridade e dentro dela podemos enxergar aproximações e necessidades.

CULTURA, CONCEITO CHAVE

Para iniciar toda a discussão, precisa ser estabelecida a ideia de cultura que será seguida e é importante pensar como esta se desdobra e como ela é presente na vida de cada indivíduo.

Podendo assumir inúmeros significados, no sentido antropológico, cultura é entendida como todo tipo de código, informação, de signos, que se tem por ser inserido em um grupo que faz parte de um todo e este sendo formado por indivíduos que foram criados de certa maneira e assim se reconhecem por suas práticas, costumes, língua, culinária, comportamento, organização e outros fatores.

É interessante usar o texto de Roberto da Matta ¹“Você tem cultura?” como referência, porque dele podemos extrair a essência do conceito e a importância de pensarmos nele para que ocorra uma alteridade, uma maneira de colocar-se no lugar do outro e entender a importância que tem a valorização das diversas práticas que existem em uma sociedade.

O antropólogo inicia apresentando duas formas de interpretação do termo “cultura” e como isso é aplicado. Dizer que alguém tem cultura e outro não, é entendê-la como algo inerente ao volume de conhecimento, sofisticação e tudo ligado a este universo. Mas, ao trazer isso como um “conceito chave para a interpretação da vida social” e entender que tê-la faz parte da condição humana, dá a possibilidade de existir uma conversa e um respeito mútuo entre diferentes tribos.

Ao lermos esse termo com o sentido de ser algo quase intrínseco a pessoa, leremos esta pessoa como digna de respeito, dando abertura para haver uma troca de ideias entre nós e aqui digo “nós”, pois todos estão inseridos em uma, independentemente de qualquer gênero,

¹DA MATTA, Roberto. Você tem cultura? *Jornal Embratel*. Setembro, 1981.

nacionalidade e outras distinções. Dentro desta pesquisa isso tem um peso grande, compreender esse conceito traz uma gama de leituras possíveis para o grupo que está sendo conhecido.

Acredito que essa busca pelo entendimento da configuração de uma comunidade é rica de possibilidades e resultados. O Brasil é um país que foi explorado e transformado de diversas formas. Composto por natureza virgem e tribos, território já habitado por povos, foi dissecado, recriado e continua recriando-se. Para analisar algumas questões do país, acredito ser necessário retornar ao momento em que o território foi reestruturado, em diversos sentidos e depois trazer o debate atual.

No período colonial, Portugal, país responsável por parte expressiva do processo de colonização brasileira, passou por cima de qualquer valor existente para as tribos que aqui habitavam. Introduziu sua língua, religião, costumes sociais e organização política. Dividiu as terras e posteriormente foi sendo estruturada uma arrumação para que a economia pudesse ser desenvolvida, com isso, o interesse de mão de obra escrava e posteriormente de colonos. É leviano reduzir o processo a esta explanação e é certo que Portugal não foi o único responsável pela alteração da estrutura, mas é possível daqui avançar um pouco mais e extrair algo disto.

O que somos hoje? Uma sociedade resultante das influências dos fluxos imigratórios, sendo eles forçados ou não. Aqui um indivíduo tem descendentes de diversos países e continentes distintos e todos carregam influências em sua bagagem. Um livro interessante é o de Darcy Ribeiro² “O povo brasileiro”, ele será utilizado um pouco mais no decorrer do trabalho, mas nesse momento, pensar na formação, nos dá a possibilidade de interpretar melhor a questão da identidade que será vista também posteriormente. O autor diz:

Quando é que no Brasil, se pode falar de uma etnia nova, operativa? Quando é que surgem brasileiros, conscientes de si, se não orgulhoso de seu próprio ser, ao mesmo resignados com ele? Isso se dá quando milhões de pessoas passam a se ver não como oriundas dos índios de certa tribo, nem africanos tribais ou genéricos, porque daquilo haviam saído, e muito menos como portugueses metropolitanos ou crioulos, e a se sentir soltas e desafiadas a construir-se, a partir das rejeições que sofriam com a nova identidade étnico-nacional, a de brasileiros. (RIBEIRO, 1995, p.132)

²RIBEIRO, Darcy- *O povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo:Companhia das Letras, Editora Schwarcz LTDA, 1995

A cultura brasileira hoje é um mosaico de culturas externas e nativas que compunham este cenário antes do período da colonização, e questões como as que envolvem o julgamento do outro não ter cultura esbarra muito na forma como a distribuição da população se deu ao longo desses anos e mais a frente será retomado o assunto quando entrar a questão do território.

Roque Laraia³ em “Cultura, conceito antropológico” fala no capítulo 5, sobre a cultura ser dinâmica e em sua análise, entende que nenhuma é estática e que é muito difícil uma que a única mudança seja interna. Um grupo que esteja, de certa forma isolado, não vai permanecer o mesmo depois de um determinado tempo. A lógica que o rege vai sendo transformada e adaptada de acordo com as gerações que sucedem, daí gerando uma movimentação.

Em nosso território há uma conversa grande entre diferentes culturas que vão formar uma grande, que é a brasileira. Perceber-se brasileiro, então, é se identificar como parte dessa cultura que é plural e que possui fatores influenciáveis que coexistem e se completam de uma maneira geral. Este ser que se entende por, é um que se vê fruto de toda essa história. Mas, é raso dizer que todos se entendem como parte de um todo e que esta identidade que se construiu, satisfaz e satisfaz aos que são conferidos a ela.

Os privilegiados, de diversas maneiras, tentam apagar ou diminuir o passado e os limites entre as diferenças, não as entendendo como pontos importantes para o entendimento do outro, impedindo assim que o sentimento de alteridade seja produzido. Se todos os indivíduos e grupos são “brasileiros” e entendidos como iguais, dentro de toda a desigualdade econômica e social que há no território, quilombolas e indígenas, por exemplo, serão tratados como parte que não se adequa a tentativa de “unir” o “povo brasileiro”.

PRODUÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS

Para articular questões culturais em nossa sociedade, são feitas as políticas públicas de cultura. É importante compreender essas duas esferas “política” e “cultura”, separadamente e depois entender como vão conversar, como o Estado vai olhar para elas, qual a importância real e como funcionam na prática.

³LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.

A política pública de cultura deveria ser uma articulação democrática que busca dialogar com as demandas de produção artístico-culturais. Segundo o texto de Alexandre Barbalho ⁴a cultura é relacionada com a ideia de política em dois pontos: o estético e o antropológico. Segundo o texto “arte é a prática dos agentes político culturais” e a cultura é “indicador antropológico” e a política cultural é uma ponte entre esses dois. No sentido antropológico, como já discutido anteriormente, a cultura é uma rede de valores e significados de um povo e “arte” aqui não entra na ideia de definição europeia e acadêmica, mas seu sentido mais amplo, que abraça manifestações e práticas conjuntas que historicamente fazem parte de um determinado grupo.

A intenção não é me aprofundar na questão das políticas públicas, mas fazer com que a discussão abra um leque para o tema central. No Brasil adotamos um mecanismo desigual e injusto em muitas instâncias e a produção cultural torna-se um campo de disputas constantes. Hoje a política que recebe maior atenção é o que se utiliza das leis de incentivo fiscal, através de uma porcentagem dos impostos cobrados, empresas privadas são responsáveis pelo manejo de ações culturais.

Lançam mão sobre uma gama de projetos que são anualmente propostos e estes, selecionam o que tem a ver com os princípios da empresa e o que é equivalente à sua imagem. Além da iniciativa estar mais ligada a um fazer artístico, também é associada ao chamado marketing cultural, gerando visibilidade para o patrocinador e minimamente contemplando produções locais.

Outra parte dos recursos nacionais é destinada para outros projetos e aí entram as “batalhas” de diferentes grupos e identidades híbridas que falarei a seguir. Nesse contexto, posso citar o texto *Mapear o Campo Artístico*, de Loïc Wacquant⁵, que toca em um ponto bem conhecido para quem está inserido de alguma maneira na área cultural. O autor fala em “campo de força” e “campo de batalha”, sendo essas duas características da produção cultural.

Nesse âmbito existem indivíduos e grupos que atuam de maneiras diferentes, com intenções diferentes, para a arte, por gostar e acreditar em tudo que isto envolve e para o capital, para o lucro, para públicos específicos. Então, essa inserção se sustenta de maneiras diferentes e o que vai segurar são os discursos, são as formas de produção e de colocação e aí entram as disputas, por atenção e pelos recursos.

⁴BARBALHO Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.

⁵WACQUANT, Loïc. *Sociologia Problemas e Práticas*, n.º 48, 2005, pp. 117-123. Tradução de Jussara Rowland.

As políticas públicas de cultura são necessárias para que haja uma maneira de distribuição de renda e planejamento estatal que ajude a reger e desenvolver atividades culturais de diferentes grupos na sociedade. A questão artística é secundária e a ideia de receber este apoio está mais ligada com a valorização de seu fazer. É importante para a manutenção das práticas e também para a difusão das mesmas. Ampliar seus recursos, nesses casos possibilita que os responsáveis pensem em maneiras de dialogar com o entorno, não só com os indivíduos que se enxergam inseridos nesse meio.

A ideia de produção cultural é bastante ampla e no cenário brasileiro, somos produtores de cultura e de produtos culturais. O que criamos é refletido no que somos, no que temos para apresentar, vender e entreter. Mas, para além disso, nossas práticas traduzem o que somos e estas não têm a ver, diretamente, com o entretenimento e com uma ideia de economia criativa, sim com fazeres que foram passados e perpetuados. É desse entendimento de cultura como código que estamos tratando aqui e mais a frente, quando tratar do meu objeto de estudo, serão apresentadas as políticas públicas em que está inserido.

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS

Comunidades tradicionais são as que em sua formação são constituídas por indivíduos com o modo de vida próprio. Enraizados no território, essas pessoas se transformam e se constroem com as ações da sociedade e do tempo. Para elas o território é muito importante, é de onde vem a renda e onde constroem suas relações afetivas e familiares. Exemplos disso são comunidades pesqueiras, ribeirinhas, também catadoras de elementos da terra, como leguminosas, frutas e flores, quilombolas, indígenas, entre tantas outras. Se utilizam da pesca, da colheita e das práticas ancestrais para sua sobrevivência, articulam-se na realização para e passam adiante à suas famílias.

A modernidade trouxe uma série de mudanças em que os territórios passam a não acompanhar gradualmente o crescimento da população, mas é através dele que ocorrem as trocas monetárias e as articulações de poder, por isso, vemos inúmeras disputas acerca dos mais diferentes espaços. É recorrente o Estado não respeitar as tradições constituídas nesses locais, para ele, a maioria delas é lida como ocupação indevida, levando às autoridades locais a adentrarem violentamente e interromperem sua estrutura.

Infelizmente questões econômicas se sobrepõem à culturais e humanas, por isso, estas pessoas que vivem da terra, do plantio, da colheita, da pesca, grupos que se fixaram no local por anos, passando tradições para gerações que sucederam, estão sujeitas a perderem seu espaço para que latifundiários aumentem suas terras, para que condomínios sejam construídos, para que vire um espaço de lazer e entre outras medidas que são tomadas.

É muito interessante o artigo de Carlos Walter⁶, “A geograficidade do social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina”, em que fala sobre o espaço geográfico estar impregnado de historicidade. Com isso podemos pensar que a sociedade vai sendo estruturada a partir das decisões que são tomadas e dos diálogos.

Uma comunidade que ocupa um território, faz dele seu habitat, transforma-o e cria suas próprias relações, fazendo com que aquele espaço seja seu e ao olharmos para ele, é possível perceber sua história, como foi sua chegada até ali, que elementos são essenciais para sua existência, como cada indivíduo participa do cenário, também questões mais relacionadas à terra, como o clima e a temperatura influenciam, do que precisam para que retirem as mais distintas substâncias do local.

Marc Augé⁷ em “Não-Lugares, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade”, que correlaciona essas questões de território e sociedade. Fala do recorte do território, que vai chamar de “lugar antropológico”, onde há um conjunto de possibilidades para os indivíduos que a ele pertencem e também em relação com essa história, espaço em que se tem referências, que obedece a suas leis. A história se constitui e se costura a medida em que as gerações vêm e são compartilhados os conhecimentos.

Nesse mesmo texto fala de “não-lugares”, espaços que foram sendo criados e que não são preenchidos de memórias e de afetos, são aqueles em que o indivíduo não cria relações, pois é esvaziado de significados e signos que geralmente constituem um “lugar antropológico”.

⁶GONÇALVES, Carlos Walter Porto- A geograficidade do social para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos brasileiros*. Seção Três lagoas- MS. V1- nº3. 3 de maio de 2006.

⁷ AUGÉ, Marc: *Não-Lugares*, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Noventa Graus Editora, 2005.

Lugares de passagem, de circulação provisória e não contínua, onde há um controle maior sobre o que e quem pode estar ali, também as possibilidades de acesso.

E aí começamos a pensar sobre as relações de dinheiro e território. Milton Santos⁸ fala que são dois polos, um que trabalha em cima do que é para ser desmanchado e o outro que não pode ser. As relações que se dão faz com que ocorra mais deslocamentos internos e que não haja uma troca de sentimentos onde se habita. O dinheiro movimenta e produz discursos vazios em que os que não o tem não tenham direito de moradia, por exemplo.

O que conhecemos por “gentrificação” é o processo pelo qual uma cidade passa, o qual escolhe revitalizar espaços que ganham um novo aspecto e valor, sendo este econômico e não cultural. Para que ocorra, o grupo que ali reside é retirado e jogado em locais inapropriados, onde dificilmente conseguem criar relações afetivas, pois estes locais, na maioria das vezes, são insalubres, afastados e a isso se soma a questão da falta de qualidade dos transportes públicos, saúde e educação.

E nesses lugares “gentrificados”, o que se percebe é algo que Magnani⁹ chama de “espetacularização do espaço”, tornar o que é público em mercadoria é a maneira como o capitalismo reage à práticas populares e ocupações desses espaços. Do ponto de vista social, a revitalização deveria ocorrer para a melhoria de vida dos que ali residem, mas geralmente o capital passa por cima do que é visto como improdutivo.

Milton Santos fala nesse mesmo artigo sobre o “dinheiro global” que se sobrepõe a toda uma regulação interna. Essa característica vai conferir a ele passar por cima das necessidades internas para suprir um mercado exterior, fazendo com que nós acabemos produzindo algo que não consumimos em grande escala, como é o caso da soja no Brasil e também de matérias-primas que exportamos e que grande parte da população não possui condições financeiras para comprar o produto final.

Também, podemos associar esses “não-lugares” a pontos turísticos, que na maioria das vezes é uma construção esteticamente agradável, em um lugar estratégico da cidade e que o acesso muitas vezes é restrito pelo valor cobrado, pelo transporte público precário ou pela falta de

⁸SANTOS, Milton. *O dinheiro e o território* – Universidade de São Paulo- Geografia- ano 1- n°. São Paulo, 1999.

⁹MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma cenografia urbana. *Revista BCS*. Vol. 17, nº 49, junho 2002. p 11-29.

interesse ou apatia que gera em moradores da cidade, não-turistas. A maneira de consumo dos espaços é diferente pois a relação com ele é diferente. No caso do Rio de Janeiro, há uma lógica de vitrine, onde os espaços são facilmente comercializados pois a beleza natural é convidativa e o acesso a eles é muito bem explorado.

SURGIMENTO DE IDENTIDADES

Identidade é um termo que designa a forma como o indivíduo vai se perceber e como vai lidar com situações a partir das suas percepções que serão lidas pelo seu prisma. Cada um vai lidar com questões que fazem parte do seu campo de convívio, campo de ação, seja político ou étnico ou sensorial. O meio e o tempo cronológico que está inserido interferem diretamente na maneira que essas identidades vão ser “desenvolvidas”, enxergadas e até assumidas.

Algo que diagnostiquei durante a pesquisa, que tratei a seguir, mas que por enquanto é importante para a discussão, é um movimento de afirmação e representação de uma identidade. Ao me deparar com o meu objeto, identifiquei que há, mesmo que de forma sutil, uma necessidade de afirmação em relação ao que se é e isso me trouxe uma curiosidade. Por que isso é algo tão relevante para eles além da questão da valorização?

Então, depois de observar e buscar referências sobre o assunto, percebi que as disputas pela ocupação e permanência no espaço são constantes e é uma briga direta com instituições de poder, estas que regem e decidem o que será feito ou não em um espaço. Para sua permanência e possibilidade de diálogo com autoridades e com o entorno, as comunidades tradicionais precisam assumir sua identidade, buscar suas “raízes” que justifiquem a sua não retirada.

O livro de Stuart Hall ¹⁰ “A identidade cultural da pós-modernidade”, é interessante aqui, pois fala um pouco sobre o que é identidade e sobre essa época de mudanças sociais e estruturais. O que chama atenção é a maneira como estas tem relação direta com o indivíduo e a todo o momento está sendo colocado à prova e questionado sobre seu lugar no espaço, sobre sua relação com o tempo e com as novas correntes de pensamento. Com base nisso, a sociedade vai se moldando a medida em que as relações com religião e poder vão se transformando, as ideias da burguesia surgindo, as novas formas de produção e reprodução.

¹⁰HALL, Stuart: *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.

Muitos textos são produzidos tendo como modelo as sociedades europeias, mesmo os textos brasileiros e é inevitável pensar em mudanças radicais em toda a esfera global sem retomar as movimentações ligadas às revoluções, expansões territoriais e grandes guerras. De certa maneira, as sociedades foram encontrando sua forma de existir e as comunidades tradicionais foram surgindo ou se mantendo com o passar do tempo.

No final desse texto são tratadas das “culturas híbridas”, que seriam as identidades que foram perdidas com o caminhar da sociedade e que nesse momento de modernidade tardia, definida por Hall, a chamada globalização, tenta buscar sua “pureza”, algo que foi perdido. E mais uma vez esse “dinheiro global”, faz com que cada vez o mundo esteja mais conectado e “precisando” desses espaços de consumo e compreendo que o surgimento dessas novas identidades seja uma necessidade de existência.

Para concluir, Horace Minner¹¹ em seu texto “O Ritual do corpo entre os Nacirema”, revela uma série de estranhezas em relação a um suposto grupo residente entre uma região específica do Canadá e do México e ao fim das descrições é possível perceber que está falando sobre costumes dos povos americanos. Um exercício que constantemente deveria ser feito, não só por quem estuda cultura, é olhar para a sua própria, gerar questionamentos e entender que cada qual tem suas particularidades.

A ação requer uma não sobreposição do ponto de referência de onde se fala. Por mais que seja um exercício complexo, deve-se compreender que o que conhece e o que vive não é a única forma de dialogar com o mundo ao redor. A comparação é natural, mas esta não pode ditar valores, é preciso entender que a lente da qual se observa é outra.

A ESCRAVIDÃO E OS QUILOMBOS

Este capítulo será dedicado a questões quilombolas. A intenção é estender o assunto de identidade para as comunidades tradicionais relacionadas ao povo “remanescente” das comunidades de quilombos. Tentarei traçar um panorama histórico, também trazer situações atuais relacionadas às conquistas e dificuldades que ainda encontram. Em específico falarei sobre o Quilombo do Grotão, localizado no Estado do Rio de Janeiro, na Cidade de Niterói, no

¹¹MINNER, HORACE. Publicação original: “*Body ritual among the Nacirema*”, American Anthropologist, Michigan: University of Michigan, 1956

Engenho do Mato. Este espaço tem uma característica interessante em sua formação que será exposta um pouco mais a frente.

A forma como o país se constituiu “necessitou” de mão de obra escrava para explorar o território já habitado por povos nativos que posteriormente foram denominados “indígenas”, tribos com sua ética e estética, seus rituais e tudo que trazia uma relação com essa terra em que viviam.

Mais uma vez, retornaremos a nossa história após a chegada de Portugal para que possamos interpretar os reflexos que sucedem em nossa sociedade. Contardo Calligaris¹² em seu texto “*Hello Brasil: nota de um europeu viajando ao Brasil*”, apresenta-se como um indivíduo que não pertence a este cenário em que vivemos e que de alguma maneira se encantou pelo país e quis permanecer. Ao deparar-se com uma expressão que é utilizada por brasileiros com certa frequência, “este país não presta”, busca a origem desta afirmação e chega a uma conclusão relevante para a discussão.

São identificadas três figuras: do colonizador, do colono e do escravo, e percebe que estes, em níveis diferentes, estiveram ligados a esta terra. O primeiro, pela vontade de explorar, o outro pela promessa e esperança de um lugar próspero de uma vida nova e o outro por ter sido trazido e ter sido obrigado a abandonar sua vida. O colono e o escravizado acabaram por ter uma relação de dependência e “corpo”. Em sua leitura, o país foi “estuprado” pela metrópole, que veio aqui para “fazer gozar”, extraíndo o que lhes interessava, além de violentar e envolver os demais grupos já citados. Essa percepção é bastante cruel e fria, mas acredito ilustrar bem a forma como se deu esse processo.

Outra alegoria que usa é a de um “corpo fantasma” para tratar do escravizado, esta figura que em toda sua complexidade ainda perpetua neste território. Por conta de toda a exploração, corpos ainda são escravizados e submetidos a um vínculo empregatício que explora e aqui fala das precárias condições da mão de obra do país. Essas pessoas que vieram para cá, trazidas e violadas de diversas maneiras, constituem a formação étnica presente em nossa sociedade e para além disso, para a formação social e econômica.

Com o intuito de trazer uma reflexão acerca da situação atual dos quilombolas de nossa sociedade é preciso entender sua origem, seu propósito e o que enfrentaram ao longo dos anos.

¹²CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil: nota de um europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 1991.

É preciso ser sensível ao olhar e pensar em políticas públicas para as comunidades tradicionais, refiro-me aqui a todas as comunidades e todas as esferas em que atuam. Mais precisamente, neste trabalho olho para o Quilombo do Grotão, uma família que por conta de uma migração interna se estabeleceu e se criou no Engenho do Mato na cidade de Niterói, localizada no estado do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que olho de fora desta realidade e que tento trazer informações que somem ao seu entendimento. Pesquisar a fundo o significado de “quilombo”, me auxilia na possibilidade de analisar e pensar em políticas culturais plurais que dialoguem com as já existentes, não excluindo e deixando que passem despercebidas as identidades, como já conversamos no capítulo anterior.

A abolição ocorrera em 1888, há cento e trinta anos atrás, o que historicamente não configura longa data. O que faz do Quilombo do Grotão um objeto interessante é a sua formação e o que ela revela da organização social brasileira. Este estudo contribui para reflexões enquanto parte da sociedade em que estamos inseridos, na qual questões raciais, econômicas e estruturais pesam sobre os indivíduos que a constituem.

Como já apontado anteriormente, é imprescindível olhar para a “formação” do país, assim como conhecemos hoje. A forma com que fomos colonizados caracterizou a face problemática que enfrentada ainda no século XX por conta de conflitos por territórios, legitimações de identidades e falta de representação negra em espaços públicos e privados.

Buscando compreender o Grotão, suas características de formação e organização, conquistas e lutas, foi preciso olhar para sua morfologia, não só estrutural, mas da palavra “Quilombo”. A origem africana, a história que o constituiu e trouxe até o Brasil, sustentando-se, mesmo que em outro formato, até agora.

Sendo responsável por buscar informações que configuram este estudo, dialogarei com três textos, sendo eles uma revista e dois livros, que juntos dão uma visão geral do que acredito ser necessário entender sobre essa maneira de organização que forçadamente foi criada por conta das condições de vida que os escravizados foram levados.

O QUILOMBO E A ESCRAVIDÃO

Segundo Kebenguele Munanga¹³, a origem da palavra “quilombo” tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos, sem distinção de filiação a qualquer linhagem. O autor apresenta a ideia de formação desse grupo que vem dos povos Bantu, ocorrida entre os séculos XVI e XVII, no continente Africano, envolvendo regiões diferentes entre Zaire e Angola.

Segundo o mito, a história começa no Império Luba, no centro e sudeste de Zaire. Comandado por Kimbinda Ilung. Seu povo migra para o território em que a Rainha Rweej, substituindo seu pai que falecera, assume o trono, mas, ao se casar, gera descontentamento. O irmão da rainha, Kinguli, sai com seus seguidores em direção ao Oeste, chegando na região da Angola, onde encontra o povo chamado Jaga ou Imbangala, que invadira aquelas terras no século anterior e juntam-se formando um exército forte, denominado “ Quilombo”.

O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. (MUNANGA, p.60).

Já Décio Freitas¹⁴ nos traz outra fonte. Conta em seu livro chamado “O Escravismo Brasileiro”. A hipótese faz proceder da região das nascentes do Nilo ou do Zaire. O povo Jaga, migrou para território Mbundu, habitado por pastores e agricultores, tributários do reino do Congo, comandado por Ngola, chamado de “rei” pelos Portugueses. O autor relata que quatro a cinco mil pessoas eram extraídas de lá e entregues para Portugal, pelo próprio rei, para servirem de escravos. O comércio se intensificou, daí surgindo um reino independente.

Para manter o monopólio, Ngola tentava barrar o avanço dos Jagas. Sem êxito, pois os mesmos recuaram para leste, estabelecidos na planície entre os rios Lui e Kwango, a fim de uma posição mais estratégica para o tráfico e, então, estreitaram relações diretas com os portugueses. Tornando assim, esta região o maior empório de escravos da África Central.

Em 1641 os holandeses invadiram essa região e receberam o apoio da Rainha Ginga, da dinastia dos Ngolas, e também dos Jagas. Após serem expulsos, a rainha se apoiou num grupo de Jagas para abrir caminho até a região chamada Matamba, onde se estabeleceu e subjugou os povos nativos à mão de obra escrava, vendendo-os, novamente à Portugal. Lá casou-se e ficou conhecida como Rainha Matamba, onde fixou sua capital à margem de um rio, batizando-a de

¹³MUNANGA, Kebenguele. A origem e histórico do Quilombo na África. *Revista USP*. São Paulo, 1995-96.

¹⁴FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Vozes. 1980.

“Quilombo e Cidade de Santa Maria Matamba”, transformando o local em um grande empório de escravos.

Duas versões diferentes do possível surgimento do nome “quilombo”, um mais “completo” que o outro, em termos de informações detalhadas e que não podem ser afirmadas com toda certeza, são estudos, sempre com bases em documentos de diferentes arquivos que, costurados, nos contam uma história.

Porém, o que se pode extrair disso é que o cenário dos relatos é o mesmo, África Central, também que o comércio foi feito diretamente com os Portugueses. A finalidade aqui é entender o primeiro momento em que ouviremos esta palavra e o que ela nos diz.

Faço uma análise sobre o modelo africano e entendo que a ideia de “quilombo” passou por três momentos até que se configurasse da maneira que perpetua. Os estudos revelam a forma com que migrações internas uniram povos de origens distintas e que em movimentação por conquista de espaço encontraram uma coesão, seja ela harmoniosa, como aponta o primeiro autor, ou econômica, como revela o segundo.

Para Kebenguele, o quilombo brasileiro é uma cópia desse modelo, porém reconstruído pelos escravizados para se opor a estrutura escravocrata e implementando uma política onde se reuniram os oprimidos. Não deixa de estar certo se olharmos para as duas “verdades”, pois sim, foi uma maneira de organização de um povo de origem africana em momento de exploração e em tentativa de sobrevivência.

É importante também entender de onde veio a escravidão e que modelo é esse que desumaniza um ser e o coloca em condições deploráveis. Há mais de um século atrás foi determinado, no Brasil, que era o fim da escravidão e ainda hoje em nossa constituição existe a ideia de “remanescentes”. Mais à frente trarei uma discussão sobre esse termo e sua colocação, mas acredito ser interessante entender o surgimento de escravidão e seu papel no mundo.

O livro “O Escravismo Brasileiro” conta que a escravidão não foi inventada pelos colonizadores do “Novo Mundo” e por isso, resgata alguns modelos como exemplo e suas mudanças pela história.

A escravidão apareceu nas sociedades primitivas, egípcias, com os hebreus, na Índia, na Assíria, mas foi o mundo greco-romano que desenvolveu a forma como os escravizados eram tratados e sua posição ou sua não-posição na sociedade. A partir desse modelo a mão de obra escrava passa a ser a base essencial da economia, o que antes era ancilar.

O escravo geralmente servia a comunidade, pertencendo a ela e não a um de seus membros. Muitas vezes conviviam na mesma casa, comiam à mesa. Em algumas organizações exerciam serviços domésticos, em outras se dedicavam a trabalhos do campo, construção de templos e a alforria era conseguida mais facilmente.

O Império Romano constituiu-se nesse modelo escravista e uma vez que entrou em colapso por volta do século IV, toda sua estrutura foi alterada e, em substituição, o sistema feudal tomou o lugar. Porém, essa condição não desapareceu na Europa, Décio conta que esteve presente também na Alta Idade Média nos Estados Germânicos.

Até o século XV, na Grã-Bretanha, as guerras nacionais “abasteceram” esse cenário. Na França, em Veneza, no Estado Turco, também há registros de mão de obra escrava, mas para nós, é importante destacar a concentração na Península Ibérica nas regiões onde posteriormente desempenhariam o papel da colonização das terras na América. Segundo o autor, que cita o cronista Damião de Góis, entravam em Portugal a quantidade de dez a doze mil escravizados negros e destes, 20% estavam em Lisboa.

QUILOMBO NO BRASIL

Para falar sobre quilombo, não posso deixar de falar sobre a escravidão aqui e como foram manejadas as pessoas vindas nesta situação. No Brasil, os escravos foram trazidos para trabalharem para os senhores de engenho, sendo eles a base de uma economia, explorados nas produções dos bens primários.

O nosso país foi o último do mundo a abrir mão deste sistema e não foi por conta das revoltas e tentativas de resistência, mas o fim chegou por meio de intervenção externa feita pela Inglaterra. A classe escrava foi debilitada por conta de todas as respostas de ataques feitas às suas fugas, além da impossibilidade de organização entre os próprios, que foi constituída ao longo dos anos.

Quando se deu início ao tráfico de escravos, os povos africanos não haviam se estruturado em uma nação, separavam-se por etnias, comunidades linguísticas e culturais que habitavam um espaço, o que facilitou a venda de nativos, retirados de suas terras pelos próprios africanos. Para os chamados senhores de engenho, era benéfico que em suas terras os escravizados fossem de

povos diferentes para que não pudessem se articular e se rebelar. Eram grandes teias culturais que configurava essa classe que surgia nesse país de constantes transformações.

Segundo Décio, a lei separava homens livres e escravos, mas não determinava a maneira de “uso” do seu escravo, por isso, podiam ser explorados economicamente ou em serviços domésticos. O que separava essas pessoas além da diferença étnica, era também a distância geográfica das plantações. Eram obstáculos diários que faziam com que não houvesse alternativa senão a fuga para as florestas e a organização em quilombos.

Quilombo então, nessa parte do capítulo, será apresentado como a forma com que se estruturaram esses escravos “fugitivos”. Para abrir a discussão trago um trecho do livro “O povo brasileiro”¹⁵:

Todo negro alentava no peito uma ilusão de fuga, era suficientemente audaz para, tendo uma oportunidade, fugir, sendo por isso supervisionado nos seus sete a dez anos de vida ativa no trabalho. Seu destino era morrer de estafa, que era sua morte natural. Uma vez desgastado podia até ser alforriado por imprestável, para que o senhor não precisasse alimentar um negro inútil. Uma morte prematura numa tentativa de fuga era melhor, quem sabe, do que a vida de escravo trazido de tão longe para cair no inferno da existência mais penosa. (RIBEIRO,1995. p.119)

A fuga para os matos era uma saída e uma tentativa de sobrevivência, era a forma com que encontraram para sair das condições desumanas com que eram tratados, mercadorias e objetos de uso até a exaustão.

O modelo mais conhecido até hoje e o maior foi o Palmarino, sendo nomeado assim por conta da abundância de palmeira pindoba na região, que vinha desde o planalto Granhus, no sertão de Pernambuco, até a Serra dos Dois Irmãos e do Bananal, município de Viçosa (Alagoas), também as Serras do Cafuxi, da Juçara, da Pesqueira, do Comonati e do Barriga, onde se travou a maior parte dos conflitos pelo seu fim.

No livro “O Quilombo dos Palmares”¹⁶ o autor Edson Carneiro nos conta que “os negros fugiam na calada da noite, embrenhando-se no mato, mas com o tempo desciam novamente para as cabeceiras dos povoados a fim, de induzir outros escravos a acompanhá-los”

¹⁵ RIBEIRO, Darcy- *O povo Brasileiro*, a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz LTDA,1995

¹⁶CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1997.

(CARNEIRO, 1997,p. 1). O Quilombo dos Palmares foi um Estado negro baseado na eletividade de um chefe mais “hábil” e a sua peculiaridade foi a resistência de quase um século, mesmo com tantas invasões e tentativas de reduzi-lo.

O interessante para nós aqui é a forma como o autor descreveu algumas de suas atividades. No texto, diz que na mata encontravam tudo que lhes era necessário, alimentos através de animais, frutos e elementos que vinham das árvores que confeccionavam coberturas para suas choupanas, esteiras, chapéus, vassouras, cestos e abanos.

Os que vinham das lavouras plantavam, os que vinham das cidades e sabiam de ofícios mecânicos, se estabeleciam em tendas de ferreiros e os outros se dedicavam à caça, à pesca, à criação de galinhas e outros. Assim como no livro de Décio, Edson Carneiro conta que “tudo era de todos”, havia divisão de trabalho e a sobra era comunal, sendo dada aos “não-trabalhadores”, crianças, velhos, combatentes, supervisores e administradores, afirmação esta retirada de um documento de um quilombo mineiro, segundo o autor.

Falando das condições, Edson Carneiro cita um sermão de Padre Antônio Vieira aos escravos, que dizia que não havia trabalho nem gênero mais parecido à Cruz e à Paixão de Cristo do que o seu trabalho. Ora, Cristo, segundo a religião Católica Apostólica Romana, foi enviado por Deus para salvar o mundo, já estes escravizados foram trazidos para esse “Novo Mundo”, para trabalhar e não ser considerado, muitas vezes, como humano, ou digno de qualquer consideração.

O livro Quilombo dos Palmares nos apresenta a figura dos “capitães do mato”, homens enviados para tentarem capturar ou matar os quilombolas. E mais uma vez, dialogando com “Escravidão no Brasil”, é relatado que o custo de uma expedição só compensava com um certo número de capturas, mas os considerados irrecuperados eram degolados ou vendidos a preço vil para regiões distantes.

QUILOMBO DO GROTÃO

O meu objeto de estudo é o Quilombo do Grotão, localizado no Engenho do Mato, na cidade de Niterói. Este espaço representa uma espécie de resistência e por conta de algumas características é relevante que seja analisado. Após discussões acerca do que é cultura, identidade, comunidade tradicional, território, também sobre escravidão e a origem dos

quilombos, o Grotão é um exemplo físico que torna palpável o entendimento das questões já levantadas.

A pessoa que coordena de uma forma geral o Quilombo hoje é chamada de Renatão, neto de Manoel Bonfim, responsável pelo início dessa história. Tive a oportunidade de ir à campo conversar com ele e buscar algumas informações pertinentes para entender esse grupo. As perguntas feitas foram relacionadas à trajetória social, política e sobre sua relação com o entorno.

Tudo começou em 1920, quando Manoel Bonfim, filho de ex-escravo veio de Sergipe para trabalhar em uma fazenda no Rio de Janeiro, Niterói, que tinha o nome de “Grotão”. Essas pessoas trazidas para cá foram “obrigadas” a trabalharem com extração de matéria-prima. Ao serem alforriados, não tinham perspectiva de vida, não possuíam opções senão continuarem o ofício para que recebessem o mínimo que fosse para sobreviverem. Em 1888 foi assinada a lei que os declarava libertos e alguns anos depois esse indivíduo veio buscar oportunidade de emprego.

Cessada a produção da fazenda, não tiveram dinheiro para indenizar, então, deram 3 alqueires de terra para cada um e 2.000 mudas de banana como pagamento, infelizmente para plantar, desmataram grande parte de seu terreno. A colheita se intensificou no final dos anos 40 e entre as décadas de 50 e 60, alguns lotes encerraram suas atividades. E foi, então que a Terra Brás, empresa que tomava conta da distribuição de terra, quis retomá-las e o governo interviu. Fez-se uma reforma agrária e a regulamentação através de uma documentação entregue aos respectivos donos. Depois disso, a produção cresceu e durou até 1985.

Renatão conta que depois da morte de seu pai, a produção já não estava mais ativa e o governo da época decidiu que o espaço viraria um parque, Parque Estadual da Serra da Tiririca e para que ocorresse, foi votado na Alerj a proposta de desapropriação dos moradores e isso virou um movimento de resistência.

Renatão nos conta que o espaço onde é localizada a sede do Quilombo hoje, era onde guardavam toda a produção do sítio e as pessoas que trabalhavam na “roça” ficavam ali, almoçavam, guardavam as ferramentas e depois o mantiveram por pura necessidade. A sede foi montada por conta de uma série de fatores, mas principalmente pela ameaça da desapropriação da comunidade e lá faziam reuniões.

Segundo ele, “chegou um momento em que eles não queriam que participássemos e precisamos criar uma entidade, uma associação”. Então, começaram a vender feijoadas para conseguirem dinheiro para tirarem os documentos necessários. Seguiram com algumas atividades como a roda de samba, capoeira, feijoada na lenha e começaram assim.

O que é intrigante é a forma de organização para que se entendessem como um espaço quilombola e a busca pelo seu reconhecimento. Até esse momento da pesquisa falei sobre possíveis ideias de “quilombo”, desde a origem do nome passando pelo primeiro autor, (MUNANGA, 1995-96) e a outra possível fonte (FREITAS, 1980), a vinda dos escravizados para o Brasil e a fuga pela sobrevivência. Já o Quilombo do Grotão, foi o resultado de toda a negligência com a pessoa humana que resistiu ao movimento imigratório forçado e ao trabalho escravo.

Durante a conversa, Renatão contou-me que a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e a Universidade Federal Fluminense (UFF) tiveram um peso grande para o entendimento das pessoas que vivem lá. Através de pesquisas, não só sobre história e cultura, mas geografia e outras áreas, encontraram neles uma descendência escrava que possibilitava a busca pelo direito da terra e da cultura. Graças aos dados recolhidos por essas universidades, puderam redigir uma carta contendo as informações que comprovavam sua identidade e isso implicou no reconhecimento perante ao Estado.

Inúmeras atividades são oferecidas no espaço para a comunidade, para o entorno e bairros próximos. Rodas de capoeira, rodas de samba, oficinas de jongo, eram algumas delas, além das feijoadas que são servidas aos finais de semana, quando o público frequentador muda um pouco e pessoas com condição financeira mais elevada aparecem para aproveitar da música e da culinária. Nestes eventos, é cobrada uma entrada que inclui o *couvert* artístico e nem sempre são pessoas da família que se apresentam, outros grupos de samba são chamados. A comida e bebida é paga e a renda que arrecadam é também voltada para a comunidade.

A religião para comunidades afrodescendentes é muito importante e lá não seria diferente. Desde a década de 20 cultuam e tem seu centro. Infelizmente, Maria Luzia Lisboa, que era a mãe de santo responsável faleceu e está fechado. O que não quer dizer que toda a família seja praticante, atualmente há evangélicos e católicos também, mas me foi dito que isso não é um problema e todos respeitam o espaço e a liberdade de escolha do outro.

Questões como a intolerância religiosa sempre são levantadas e, em conversa, me foi relatado que na tentativa de implementar aulas de jongo em uma escola próxima, foi derrubada por alguns pais de religião cristã, que tiveram um posicionamento contrário, afirmando ser ensino de “macumba”, termo pejorativo usado para diminuir ou distorcer práticas religiosas que cultuam orixás, então não deram seguimento. Com esse tipo de embates, tiveram a ideia de trazer para os eventos dos finais de semana os chamados “Samba de fé”, dedicadas aos orixás, para que o público entenda a importância desses símbolos para eles.

No ano de 2018, conquistaram o título de “ponto de cultura” e a partir disso puderam, com auxílio governamental, montar uma estrutura um pouco mais elaborada para a execução do que já vinham fazendo ao longo dos anos. Tornarem-se um ponto de cultura significa que para o Estado essa comunidade tradicional tem importância e que precisa de manutenção constante, para que possa existir e para que tenha ramificações.

Suas ações passaram a ser distribuídas de forma regrada por conta de um planejamento prévio que é entregue à secretaria de cultura da cidade. Com dotação de R\$ 60.000 ao ano, sendo R\$5.000 para cada mês, para financiar algumas das atividades e este dinheiro é empregado para pagar mestres de capoeira e oficinairos parceiros. Mais à frente, após mais algumas discussões, serão dadas mais definições sobre o ponto de cultura e como funciona na prática.

POLÍTICA E DEFINIÇÕES

Este capítulo vai dialogar com as temáticas já apresentadas e estender o assunto de políticas culturais presente no primeiro capítulo. O Quilombo do Grotão, usado como objeto de estudo, é a peça chave deste trabalho, pois é a partir dele que estão sendo construídos os desdobramentos. Já conhecidas, localização, origem, história e estrutura, trago um olhar macro e micro das relações sociais dadas em nossa sociedade e tendo como base o espaço.

O ano de 2018 foi de grande importância para o Quilombo. Duas conquistas significativas para a história dessas pessoas fizeram com que dessem mais um passo frente à resistência. São 98 anos ocupando esse espaço, onde trabalham, se desenvolvem como seres humanos pertencentes a uma sociedade e como uma família. Hoje contam 5 gerações e tem aprovada a lei que garante sua permanência naquela terra.

CONQUISTA DE TERRITÓRIO

Foi aprovado no Supremo Tribunal Federal (STF)¹⁷, no dia 8 de fevereiro de 2018, em uma quinta-feira, a validade do Decreto 4.887/2003, que garante a titulação das terras ocupadas por “remanescentes” das comunidades quilombolas. Este julgamento teve início em abril do ano de 2012, quando o relator votou pela inconstitucionalidade do Decreto, sendo apontada por oito ministros como improcedente. Só este ano se tornou concreta essa lei que os protege. A presidente do STF, a ministra Carmem Lúcia, aponta como infundadas as inconstitucionalidades e salientou que o legislador constituinte reconheceu aos quilombolas sua propriedade, sendo ela definitiva e o papel do Estado apenas afirma esta decisão. Por definição, as comunidades estão de acordo com o texto constitucional.

Através de sua rede social¹⁸, tive o primeiro contato com a reação do Quilombo sobre a Conquista e assim publicaram:

VITÓRIA NEGRA E QUILOMBOLA NO STF

Foram 14 anos de luta e resistência política contra essa Ação de Inconstitucionalidade absurda proposta pelo partido Democratas (DEM). Nesta quinta-feira finalmente tivemos uma vitória que é um reconhecimento histórico da luta de TODO o povo negro do nosso país, que passou por mais de um século de escravidão e não tem, até hoje, direito real sequer à moradia digna!

Uma reparação histórica prevista na Constituição Federal de 1988, no artigo 68 dos Atos das Disposições Transitórias, jamais havia se concretizado até a sanção do Decreto 4887/2003. Mas a extrema direita, o agronegócio e setores da especulação imobiliária, no Brasil inteiro, se articularam para derrubar o Decreto que apenas regulamentava o direito às terras tradicionalmente ocupadas pelo povo negro e quilombola. É que com o Decreto, a Fundação Cultural Palmares, e especialmente o INCRA, passaram então a ter a atribuição de dar andamento em procedimentos administrativos de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação da propriedade definitiva das terras ocupadas por remanescentes das

¹⁷Publicado em 8 de fevereiro de 2018, disponível no site:

<http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=369187>. Visualizado por último em 30 de setembro de 2018.

¹⁸Publicado em 9 de fevereiro de 2018, disponível no *site*:

https://www.facebook.com/pg/quilombodogrotao/posts/?ref=page_internal. Visualizado por último em 30 de setembro de 2018.

comunidades dos quilombos. Estes setores não queriam esta regulamentação, queriam que o artigo da Constituição continuasse, na prática, sem aplicação concreta.

Importante dizer que o entendimento atual, inclusive da Associação Brasileira de Antropologia (Aba), é de que o termo quilombo se aplica a comunidades negras "que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar", e não necessariamente somente aquelas fundadas diretamente por antigos negros escravizados. Todas as comunidades negras que passaram e passam ainda por disputas históricas na defesa de suas terras e de seu direito à moradia, precisam ser reparadas e ter definitivamente seu direito à moradia digna e tradicional garantido!

Sabemos que esta vitória conquistada pelo nosso povo no STF é extremamente importante, mas não é ainda o fim da luta. A resistência racista, de direita e capitalista é enorme, já existem Emendas Constitucionais em tramitação no Congresso que pretendem rediscutir esse direito agora mais do que reconhecido como Constitucional através do voto da imensa maioria dos Ministros pela constitucionalidade do Decreto. Portanto, é preciso manter a construção de conscientização da sociedade, avançar na resistência e na afirmação de nossa cultura e de nossas tradições, para evitar qualquer novo ataque aos nossos direitos!

Vamos juntos seguir lutando para acelerar TODOS os processos de reconhecimento e demarcação definitiva de terras que ainda aguardam essa definição, e seguir resistindo sem abrir mão de NENHUM de nos.

(QUILOMBO DO GROTÃO)

Em conversa com Renatão, me relatou que isto significou mais uma vitória. Acredita que não haja políticas públicas suficientes para os negros, mas essa decisão foi de grande avanço. Para eles não mudou "muita coisa", o que o senado fez foi avaliar se tinham direito ou não à terra. Isso não envolve apenas a sede, a intenção principal é dar uma proteção às pessoas. São 21 famílias que moram e é para elas que a lei deu a garantia sobre seus tetos.

O que me chama atenção é a forma como isso foi discutido. Quem pertence a comunidades quilombolas são aqueles que por conta de uma organização social estabeleceram relações com aquele território, isso envolve o plantio, as práticas religiosas e a memória afetiva. Voltando ao texto de Marc Augé¹⁹, que fala dos lugares antropológicos, vejo o Quilombo como um exemplo de espaço que pertence a essas pessoas.

Tive contato com Isabel Cristina, bisneta de Manoel Bonfim (34 anos), que se encontra na 4ª geração da família. Perguntei a ela sobre suas atividades pessoais e me relatou que é graduada em pedagogia, na Universidade Estácio de Sá e possui duas pós-graduações, uma em

¹⁹ AUGÉ, Marc: *Não-Lugares*, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Noventa Graus. Editora, 2005.

psicopedagogia e outra em administração e supervisão escolar, atualmente trabalha como professora em uma creche municipal no Largo Da Batalha, em Niterói. Também, conversei com sua mãe, dona Maria Isabel Lisboa Machado, neta de Manoel Bonfim, pertencente a 3º geração. A mulher faz doces e os vende, principalmente nos eventos da comunidade e a renda fica para sua família. Quando questionei se alguém já havia se mudado dali ou se tinham vontade de buscar outro espaço, espantadas, me disseram que não e que aquele lugar era seu desde 1920.

Então, o que esse termo de “remanescente” significa nesse contexto? Miriam de Fátima Chagas²⁰ em seu artigo “ A política do reconhecimento dos remanescentes quilombolas”, traz questões relacionadas ao acesso de seus direitos constitucionais e problematiza a questão dos laudos antropológicos desenvolvidos para “atestar” suas identidades.

Há uma dificuldade no que tange a definição de “quilombo” após o período da escravidão. A constituição de 1988 prevê o reconhecimento das terras das comunidades quilombolas, mas o que define seu significado?

A ideia da autora é analisar, com base no texto constitucional, a postura do Estado em relação ao reconhecimento jurídico das diferenças étnicas. O que está previsto são: I) direitos culturais na medida em que constituem um tipo de patrimônio cultural brasileiro (art.216. da Constituição Federal de 1988); II) direitos econômico-sociais da democratização fundiária, porque concessivo de propriedade; III) direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado (1996b, p, IX).

São realizados “laudos antropológicos”, que definem a identidade das comunidades perante a lei e nesse estudo é dada uma ênfase na etnografia do modo de viver dessas pessoas, que em conjunto fornecem uma espécie de “chave de leitura”, a construção histórica presente na inter-relação e os vínculos socioculturais, revelam também uma condição social ocupada pelos quilombolas.

A restituição da construção da “imagem quilombola”, é em cima da condição de escravo livre que se torna camponês, independente da estratégia, sendo ela fuga, negociação com os senhores de engenho, heranças e outros. Ainda que à luz do modelo palmarino, citado no capítulo 2, segundo a autora, existem outras formas de resistência como a religiosidade, o parentesco e o

²⁰¹ CHAGAS, Miriam de Fátima: *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 2001.

trabalho familiar na terra. Ilka²¹ aponta esta mesma barreira de análise, por conta do embasamento no Quilombo dos Palmares, isso revela que as gramáticas sobre o assunto convergem e nos situam dentro de uma realidade.

Essas definições quase forçadas sobre sua identidade, modelo de organização interna dos quilombos, perfil histórico e atividades culturais, fazem com que os indivíduos, buscando amparo na constituição, acabem configurando, como identífico, uma espécie de “autoafirmação ensaiada”, pois em determinadas situações, assim ocorreu no Grotão, foi necessário que se enxergassem, não de uma maneira diferente, mas como agentes das suas lutas, para que tivessem uma segurança sobre sua terra e para a conquista do ponto de cultura. A família de Manoel Bonfim, precisou se entender como quilombola, por mais que sob definição já fosse, foi necessário adotar um termo para se caracterizarem.

Pierre Bourdieu²², em seu texto “ A ilusão Biográfica” fala um pouco dessa construção de uma ótica própria a quem está contando sua história. Ao narrar fatos inerentes a sua vida, é criada uma sequência deles e elaborado um raciocínio com pontos lógicos, pressupostos inconscientes da interrogação e uma produção de si. Não significa afirmar que produzem uma falácia, mas no caso do Quilombo, ao se colocarem, estando em uma posição de resistência e luta por seu espaço, é inevitável que não projetem uma imagem assumida.

PONTO DE CULTURA

Outra conquista do quilombo foi o ponto de cultura. Falei com Isabele Brasil, responsável por sua gestão, é terapeuta ocupacional, formada pela Universidade do Estado do Pará. Contou-me que o Quilombo tem uma parceria com o núcleo de terapia ocupacional da UFRJ e ela foi aprovada para vaga. Sendo pesquisadora de saúde da população negra, saúde mental e aspectos culturais, hoje é ela quem coordena as atividades que entram na programação.

O Quilombo do Grotão ficou em 1º lugar no edital do ponto de cultura pelo qual participaram. Renatão já havia tentado a inscrição, mas só com a ajuda da Universidade conseguiu o fomento. As atividades já existiam, a verba torna viável a realização e possibilita que a frequência com

²¹ LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no brasil: questões conceituais e normativas. *Etnografia*, Vol. IV (2). Rio de Janeiro, 2000.

²² BOURDIEU, Pierre: *L'illusion biographique*. Actes de La Recherche en Sciences Sociales, 1986.

que eram aplicadas aumentasse. As pessoas responsáveis pelas oficinas são contratadas, nem todas são membros das famílias, mas todas têm um contato direto com o espaço em que realizam. Uma das irmãs de Renatão oferece oficinas de confecção de sabonetes artesanais, crochê com materiais reciclados, oficina de costura e moda África. Existe um oficinairo para a capoeira, que já realizava parcerias antes do ponto de cultura, também oferecem aula de percussão e outras atividades que vão surgindo e se modificando durante o ano de acordo com a demanda e a disponibilidade.

Esse semestre o espaço está com novas oficinas de preservação de patrimônio, fazem parcerias com o museu de Itaipu, com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), figuras e coletivos que se envolvem com tais questões. As oficinas são dadas por eles e dentre os temas já realizados, estão memória do samba e diversidade cultural. Os interessados se inscrevem pela rede social do *Facebook*, por *e-mail* ou presencialmente.

Quando realizadas atividades de capoeira, frequentam crianças do entorno e da comunidade. A ideia era aplicar atividades nas escolas próximas, porém por conta de impasses com a secretaria de educação, não conseguem fazer de acordo com suas intenções.

Perguntei à Isabele sobre os outros pontos de cultura da cidade e sobre o pontão de cultura, qual a relação entre eles, se há uma conversa e como funciona essa troca. A resposta foi que têm se reunido e juntos debatem política, cultura e acessibilidade (tema solicitado pela prefeitura). Há uma boa relação entre eles, criaram uma espécie de rede em que de certa maneira se apoiam. Infelizmente ainda não conseguiram unir atividades por conta de suas agendas, mas a ideia é que ainda este ano criem um diálogo entre aulas de dança e percussão, por exemplo.

Outras questões que levantei foram voltadas à Secretaria de Cultura, se há uma necessidade de entrega de relatório e em relação a troca entre eles. A resposta é que precisam fazer uma prestação de contas de 3 em 3 meses, a entrega de relatório não é necessária, mas apresentam as atividades que estão sendo realizadas e a assiduidade do público. Com renda de R\$ 60.000, têm 12 meses, no ano de 2018 (podendo ser dividido R\$5.000 para cada mês), para fomentar suas das atividades, sendo esta verba empregada na remuneração de mestres de capoeira e oficinairos parceiros.

O intrigante desse processo acredito ser o pós-projeto. Em conversa me foi relatado que o fomento é apenas para este ano, não significando que terá uma continuidade. Ora, as práticas já eram realizadas, mas após o edital puderam ser estimuladas e durante o recebimento da verba

foi possível garantir sua constante, o que não fica claro é o legado que este processo irá deixar e o que será feito deste ritmo que foi instaurado, criação de programação e agenda movimentada. Terão prosseguimento? Segundo a terapeuta ocupacional, o que pode ser feito seria um acordo entre o Grotão e as pessoas, para que se disponibilizem a dar oficinas não remuneradas, mas nada está resolvido até o momento.

POLÍTICAS CULTURAIS E SECRETARIA DE CULTURA DE NITERÓI

As políticas culturais são bastante complexas pela forma como é orquestrada a política do país. Na troca de posse da pasta do ministério da cultura ocorre um movimento de desprestígio de projetos anteriores, como é apontado no artigo Ministério da Cultura: entre o carisma e a coalizão²³. O governo do PT, iniciado em 2003, rompeu com de Fernando Henrique Cardoso, neoliberal e os últimos anos foram marcados pelo carisma e, em termos, pela governança popular. Entretanto, mesmo dentro do partido alguns projetos, em determinado momento, foram enfraquecidos devida a troca de responsável pelo ministério.

Gilberto Gil e Juca de Oliveira marcaram o início da mudança das propostas para o campo da cultura. O Cultura Viva foi implementado em 2004 na intenção de reivindicar a ampliação do número de receptores de verba pública para produção cultural. Definido em 2014 pela Lei nº 13,018 de 22 de julho, é uma política permanente de Estado, sendo um “manifesto desejo dos destinatários do programa”. Com características de autonomia de gestão, a proposta é democratizar os investimentos dando suporte a fazeres culturais diversos.

Para seguir essa discussão, conversei com Gabriel Henriques, Coordenador de produção na Secretaria de Cultura de Niterói, formado em produção cultural pela Universidade Federal Fluminense (UFF), que falou um pouco sobre o Cultura Viva e como funciona na prática. Segundo ele, o projeto foi uma forma de descentralizar do poder público o fomento para o fazer cultural, entendido que não teriam capacidade técnica de dar suporte amplo ao território nacional e sendo uma função da sociedade, não cabe ao poder público escolher para onde vai a verba.

²³ DOMINGUES, João; LOPES, Guilherme. Ministério da Cultura entre o carisma e a coalizão. *Desigualdade & Diversidade. Revista de Ciências Sociais da PUC*, Rio de Janeiro, 2014.

Uma característica importante de destacar na Secretaria de Niterói é sua ida até espaços em que o poder público não consegue alcançar, então estas instituições estão lá e geralmente os atuantes no Cultura Viva são comunidades ou pessoas em situação social vulnerável. Se inscrevem em uma chamada pública e são selecionadas para receber o fomento através da verba disponível distribuem na aplicação de seus projetos socioculturais já vigentes.

Perguntei a ele sobre seu funcionamento, se é colocado em prática, se os pontos de cultura recebem regularmente seus fomentos e como isso se dá. Me foi relatado que o projeto “já teve seu apogeu de glória e funcionamento nacional”, mas ainda existe. Em Niterói, no ano de 2017, abriram uma política mais abrangente que o Cultura Viva costuma ser. No ano de 2018 foram renovados pontos de cultura e novos foram selecionados, além do prêmio chamado “Ações Locais”, inspirado em sua lógica, já desenvolvido no Rio de Janeiro por Lia Baron, gestora pública de cultura e comunicação.

O Ações Locais, segundo o site do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro²⁴, é um edital com premiação de R\$300 mil, lançado pela Prefeitura Municipal de Niterói, junto a Secretaria de Cultura de Niterói e da Fundação de Artes de Niterói (FAN), no dia 13 de agosto de 2018. Segundo o secretário de Marcos Gomes: “essa é uma política que rompe barreiras, reconhece e incorpora os trabalhos existentes nas comunidades, nos diversos territórios da nossa cidade, contribuindo para a construção da nossa cultura local”.

O ponto de cultura faz parte do Cultura Viva? Ele é a política e o ponto de cultura é a ação, segundo Gabriel “o Cultura Viva é um guarda-chuva de diversas ações possíveis de serem feitas”. O Ações locais é um edital, há pontos e pontões de cultura, todas ações deste projeto. Na cidade em questão são aproximadamente cinco pontos de cultura e um pontão de cultura, que funciona como um ponto focal de referência dos outros pontos. Ele cria diálogos entre eles e articula esses que ganharam o “selo” de ponto de cultura.

É importante salientar que a cultura é um mecanismo que se recicla e se sustenta e através das práticas dos povos e suas influências e é possível trabalhar na diversidade e construir junto às organizações, projetos que preservam e mantêm vivas as práticas e costumes de diversos grupos que coexistem no país.

²⁴ Publicado em 14 de agosto de 2018, disponível no site: <http://www.caurj.gov.br/prefeitura-de-niteroi-e-fan-vao-premiar-20-acoes-locais/>. Visualizado por último em 12 de outubro de 2018.

Uma questão feita à Gabriel foi sobre o funcionamento dos pontos. Quem cuida desta área é a diretoria de cidadania da Secretaria de Cultura, coordenada hoje por Roberta Martins. Há trabalhos voltados para diferentes áreas, me deu o exemplo do projeto realizado em tecnologia, voltado para o desenvolvimento dos jovens em programação, vídeo, gravação e edição e citou o Quilombo do Grotão como um dos que fazem parte da preservação de memória. Olhando o site do Cultura Niterói²⁵ pode ser encontrada a relação dos outros pontos de cultura e seus eixos trabalhados.

Perguntei se os encontros funcionam e se há uma regularidade. A resposta foi positiva e a diretoria está sempre presente para mediar e acompanhar. Atualmente estão organizando um encontro estadual chamado “Teia”, encontro de pontos de cultura que está sendo articulado com o pontão de lá. Então, existe uma manutenção e empenho dos atores sociais envolvidos nesta política.

Questionei a ele, sendo ele um produtor cultural, como enxerga a relevância da preservação do Quilombo do Grotão para a cidade. Gabriel entende que este espaço é um ponto de resistência e é importante para a questão de memória e é fundamental sua preservação para a cultura e em questão política. Seja em sua região quanto para o que ele promove para fora. São quilombolas que para além do debate de samba e religião, resistem em presença com uma questão histórica que extrapola o município, é uma memória nacional que interliga e relaciona outros estados e que precisa existir e não ser deslegitimada.

Mas, novamente tive dúvidas sobre a efetividade do processo. A pergunta que fiz para Isabele, responsável pelas atividades do ponto de cultura do Quilombo do Grotão, foi a mesma para Gabriel, que me informou que a ideia é a sustentabilidade, não o lucro. O que precisa ser feito por parte das instituições é durante o ano de contemplação, planejar para que a verba seja reutilizada. Por exemplo, se com o fomento desenvolveram a oficina de bolsas, estas podem ser vendidas e o dinheiro do retorno possa custear as próximas atividades a serem aplicadas.

Ainda pela opinião de quem trabalha na Secretaria, Cultura Viva não pode ser visto como uma “oportunidade” ou como um projeto financiador, seu lugar é de fomentador. Eles não precisavam da renda antes e depois do auxílio, sua gestão não pode caminhar dependente da

²⁵Publicado em 14 de agosto de 2018, disponível no *site*:

<http://culturaniteroi.com.br/blog/?id=3236&equ=cultura>. Visualizado por último em 12 de outubro de 2018.

Secretaria de Cultura. Por isso, devem criar mecanismos próprios e autônomos, não fazem parte do poder público, podem fazer cultura em seu território com propriedade.

Esta conversa foi esclarecedora em muitos aspectos e pensando em políticas públicas culturais fico com a reflexão do que elas representam de uma maneira geral, para o lugar onde então inseridas, pois não haver um compromisso após sua aplicação pode gerar uma tendência de enfraquecimento e ao invés de alavancarem possibilidades. É possível que desmotivados por falta de recursos e pessoas que se disponibilizem a trabalhar naquilo recebendo menos ou não recebendo, não deem uma continuidade, não em seus fazeres, mas na conversa entre eles e a comunidade do entorno.

Acredito ainda que do ponto de vista de gestão, algumas comunidades encontram uma precariedade. No caso do Grotão, a pessoa que gerencia suas atividades culturais foi contratada e possui estudos voltados para a área. Por mais que já houvesse um fluxo de práticas aplicadas dentro da família e para o entrono, o ritmo deste ano foi contínuo e no próximo será alterado, pois nem todas as atividades geram retorno, exemplo são as aulas de capoeira oferecidas na praça do Engenho do Mato. Então, cabe os responsáveis de cada espaço pensarem o que virá a seguir e o que será mais viável para eles.

MEMÓRIA

Depois de conhecer o Quilombo do Grotão como um espaço de resistência dentre tantos outros conhecidos ou não, é um lugar que felizmente vem conquistando seu espaço nessa constante luta pela permanência na terra e pelo mínimo, mas expressivo, lugar de fala, que tem. Hoje consegue aplicar, com auxílio do governo e sendo apontado na agenda cultural de Niterói, atividades desenvolvidas por seus ancestrais para as novas gerações e debatem diversas questões, mantendo viva, mesmo que com barreiras, sua existência enquanto história e cultura.

Michel Pollak²⁶, fez-me refletir em cima da análise das memórias silenciadas em nossa sociedade. Pensando em memórias coletivas, devemos pensar nos atores que as movem e as conservam e quais seus interesses. Se a preservação do patrimônio e o mecanismo de fomento à cultura está diretamente ligado a uma elite, patrimônios e projetos culturais de determinado

²⁶ POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, 1989, p.3-15.

grupo, alguém ou alguéms são serão excluídos e geralmente são as “minorias”, que não sempre são menores em quantidade, mas em espaço de fala e de ocupação de espaço.

Para a construção de uma identidade nacional que tenha uma face unificada, a análise dos “excluídos” não entra na consideração final das tomadas de decisão pois se opõem à verdade criada. Em uma das conversas que tive com Renatão, usou uma expressão que me fez pensar a forma com que nós deixamos de nos entender como unidade. Disse que as favelas são como grandes quilombos e os bairros mais pobres, como Bangu ou a cidade de Nilópolis, é onde há uma grande concentração de negros pobres que foram afastados do centro.

Quando as pesquisas apontam que os escravizados eram separados para que não se juntassem a seus iguais, esses foram dispersos e um pouco mais à frente em nossa história, com a tentativa do Estado, no século XIX, de “embranquecer” a população²⁷, parte expressiva da sociedade não reconhece sua miscigenação e tenta se afastar do que a liga à negros africanos, pois a narrativa construída é que eram pessoas de sangue sujo, alguns entendiam como pessoas sem alma, não podendo ser comparados aos brancos.

Isso é muito sério, pois não é de interesse geral que a cultura negra seja valorizada e Pollak vai falar do silêncio dos “não-ditos”. Em uma coletividade, a perda de referência do passado faz com que se perca a coesão entre os indivíduos desse grupo. A dominação de uma memória sobre a outra revela muito do que será protegido ou esquecido e das medidas que serão tomadas ao longo do tempo, vide nosso cenário político atual.

Então, trago dois autores que dentro do assunto “miscigenação”, baseados em fatos, produzem discursos distintos e que ao meu ver se cruzam. Elio Chaves Flores em *Visões da África, Cultura Histórica e Afro-Brasildades (1944-1988)*²⁸, citando KebengueleMunanga em seu “diálogo antropológico” com Darcy Ribeiro, critica *O Povo Brasileiro*²⁹, já citado anteriormente, quando usa a mestiçagem como símbolo da identidade brasileira.

²⁷ LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no brasil: questões conceituais e normativas. *Etnografia*, Vol. IV (2). Rio de Janeiro, 2000.

²⁸ FLORES, Elio Chaves. *Visões da África, Cultura Histórica e Afro-Brasildades (1944-1988)*. João Pessoa: Editora da UFBP, 2016.

²⁹RIBEIRO, Darcy- *O povo Brasileiro, a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarcz LTDA, 1995

Para ele, Darcy Ribeiro, ao enxergar a cultura brasileira como mestiça, reduz a pluralidade biológica e cultural que os movimentos negros contemporâneos defendem. Estes que ainda não conseguem uma mobilização de bases populares que tenham o sentimento de pertencimento e identidade coletiva. E de novo sobre o ideário de embranquecimento da população, é questionado o discurso sobre uma unidade criada por nacionalistas e daí surgindo o mito da democracia racial.

Darcy Ribeiro tenta buscar essa origem da miscigenação, quando ocorrem encontros de etnias, de protocélulas que vão se abrindo, misturando e se entendendo como oriundos desse todo que virou brasileiro. Elio Chaves está correto de que nesta tentativa de apagar os limites raciais, cria-se uma rejeição ao olhar mais atento às lutas daqueles que percebendo seu lugar no cenário social, buscam uma igualdade de diálogos e direitos. A partir do momento em que surgem questionamentos sobre os privilégios, é importante o debate em cima das vozes dissonantes.

Em “ O Povo Brasileiro”, no capítulo “ afro-brasileiros”, há uma afirmação quanto a cultura negra, durante a formação “original” da cultura brasileira, que a enxerga como passiva por conta de seu contingente voltado para a mão-de-obra. Nesse mesmo trecho afirma que sua presença foi importante para o que foi produzido aqui, além de suas “cores mais fortes” que passaram a compor a sociedade.

Não, mesmo que suas práticas não fossem respeitadas, reconhecidas e permitidas, os escravizados, já fazendo parte deste todo, não estavam passivos ao resto que lhes foi imposto e ao que foi imposto aos indígenas. Essas pessoas cultuavam seus deuses, dançavam, lutavam e resistiam, então essa afirmação revela um certo preconceito de um posicionamento que tentando resolver ou justificar a miscigenação, que ocorreu forçadamente, buscou interpretar os espaços que ocupavam as diferentes etnias. Mas, através disso é possível compreender, olhando para as ausências, onde estão, ou não, as falas dessas pessoas.

Os brasileiros e o indivíduo brasileiro, para ele, não mais africano, não indígena, não português, nesta terra habitada por tantos, tornou-se ausente de etnicidade e a partir do entendimento puderam produzir-se como uma nova identidade, a brasileira. Peca, porém, neste mesmo capítulo, ao dizer que essa identificação deve existir de fora dos indivíduos. Ainda segundo ele, quando dizem “nossos negros”, fala-se de referência de cor da pele e ao falar de “mestiços”, isto vira secundário, essa ideia de cor não tão importante quando olham para o todo, acreditando nesse “ser brasileiro” transcendendo a esta peculiaridade.

É certo que somos uma mescla de tudo que foi produzido e destruídos nesse território, mas como parte dele e ainda produtores de nossa cultura, é inaceitável que sejam apagadas as referências de apenas um lado da história. Se há uma busca pelo passado e pela preservação de patrimônio, seja ele material ou imaterial, este deve sim refletir o que somos, destros da mestiçagem descrita, para que as vozes dissonantes dentro deste movimento não sejam silenciadas e nem apagadas. Ainda que dentro de uma “terra de ninguém”, existem mais de 200 milhões de pessoas com bagagens diversas, cada uma com sua luta, ocupando seu espaço, este que não pode, falando dos Quilombolas e em especial do Quilombo do Grotão, ser desapropriado por falta de conhecimento sobre sua existência.

CONCLUSÃO

Preservar a memória do povo, seja material ou imaterial, é um dever da sociedade uma vez que reforça a percepção de seu lugar no espaço. Esta pesquisa foi feita a partir de livros e artigos que juntos à realidade do Quilombo do Grotão e suas vozes, constroem uma análise de uma sociedade cheia de interfaces que à suas maneiras constituem um país.

Foi interessante encontrar uma cultura que faz parte deste conjunto de tantas outras e que existe se reproduzem, mesmo com obstáculos. O Grotão é um exemplo de que a cultura é viva. Antes que se identificassem como quilombolas já realizavam as atividades que hoje aplicam no ponto de cultura. A feijoada como forma de arrecadação de fundos para obter documentos, as rodas de capoeira, as rezas e outras características, fizeram destas pessoas personagens de si para que pudessem ter direito ao seu território.

Para chegarmos a essa conclusão, foi preciso olhar com cuidado para a trajetória de seus ancestrais e como vieram parar aqui. A forma de organização “quilombo”, aqui no Brasil, foi a tentativa de sobrevivência das pessoas que foram submetidas a uma existência medíocre e que com força, resistiram, mesmo com todos os ataques e tentativas de captura para um sistema que os enxergava como inferiores, em todos os âmbitos.

Como dito anteriormente, o nosso país foi o último a abolir esta organização e a população continua sofrendo para sobreviver e pouco se reconhecem como tal. Trazer esse debate à tona faz com que percebamos a necessidade de não nos prendermos a ações pontuais e descontínuas quando pensamos em políticas culturais. É importante salientar que ser um ponto de cultura

significa uma conquista imensa, mas mínima, de um grupo que este ano ainda lutava para não perder sua casa, assim como outras comunidades tradicionais enfrentam diariamente estas questões.

Olhando para a formação de identidade nacional, a cultura afro-brasileira é tão importante quanto a cultura europeia. E com “identidade nacional” digo a identidade diversa e heterogênea, que em nenhum momento pode ser reduzida a uma face. Não é possível que sejam permitidas desapropriações e diminuições de quaisquer que sejam os rituais. Para haver uma harmonia na sociedade, a troca e o respeito mútuo devem existir e assim serão pensadas políticas justas.

O Quilombo do Grotão foi usado como exemplo dentro de uma gama de outros quilombos e comunidades tradicionais que existem e coexistem no território brasileiro e, através dele, pude fazer uma leitura histórica do que fomos e o que somos. Durante a estruturação desta pesquisa, pude me entender como ponto responsável por minha atuação dentro da cultura do país em que vivo.

REFERÊNCIABIBLIOGRÁFICA

AUGÉ, Marc: *Não-Lugares*, Introdução a uma antropologia da sobremodernidade. Lisboa: Noventa Graus Editora, 2005.

BARBALHO Alexandre. *Política Cultural e Desentendimento*. Fortaleza: IBDCult, 2016.

BOURDIE, Pierre. *L'illusion biographique*. Actes de la Recherche em Sciences Sociales, 1986.

CALLIGARIS, Contardo. *Hello Brasil: nota de um europeu viajando ao Brasil*. São Paulo: Editora Escuta, 1991.

CARNEIRO, Edson. *O Quilombo dos Palmares*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CASTRO, Flávia Lages de; RODRIGUES, Luiz Augusto F. *Cultura e Gestão Cultural*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CHAGAS, Miriam de Fátima. Remanescentes das comunidades dos quilombos. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, 2001.

- CHAUI, Marilena. *Cidadania Cultural: O Direito à Cultura*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.
- DAMATTA, Roberto. Você tem cultura? *Jornal Embratel*. Rio de Janeiro, 1981.
- DOMINGUES, João; LOPES, Guilherme. Ministério da Cultura entre o carisma e a coalizão. Desigualdade & Diversidade- *Revista de Ciências Sociais da PUC*- Rio de Janeiro, 2014.
- DOMINGUES, Jose Maurício. *Desencaixes, Abstrações e Identidades*. Revista USP. São Paulo, 1999.
- FLORES, Elio Chaves: *Visões da África, Cultura Histórica e Afro-Brasildades (1944-1988)*. João Pessoa: Editora da UFBP, 2016.
- FREITAS, Décio. *O Escravismo Brasileiro*. Porto Alegre: Editora Vozes, 1980.
- GONÇALVES, Carlos Walter P. A Geograficidade do Social: Uma Contribuição para o Debate Metodológico Para os Estudos De Conflitos e Movimentos Sociais na América Latina. *Revista Eletônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros*. Três Lagoas, MS, 2006.
- HALL, Stuart: *A identidade cultural da pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2006.
- JACQUES, Paola Berenstein. Espetacularização Urbana Contemporânea. *Cadernos PPG AU*. Bahia, 2004.
- LARAIA, Roque de Barros. *Cultura: Um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995.
- LEITE, Ilka Boaventura. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. *Etnografia*. Lisboa, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme C. De perto e de dentro: notas para uma cenografia urbana. *Revista BCS*. São Paulo, 2002.
- MINNER, HORACE. Publicação original: “*Body ritual among the Nacirema*”, *American Anthropologist*, University of Michigan. Michigan, 1956.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, Planejamento e a Perspectiva de um Urbanismo Humano. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos*. Recife, 2016.

MONTEIRO, Gabriel Romagnose Fotunato de F. O quilombo em questão: sobreposições e insurgências a partir do conflito socioambiental e territorial da comunidade negra do Grotão no Parque Estadual da Serra da Tiririca. *Ensaio de Geografia*. Niterói, RJ, 2015.

MUNANGA, Kebenguele. A origem e histórico do Quilombo na África. *Revista USP*, São Paulo, 1995-96.

POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1992.

POLLAK, Michel. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, 1989.

REIS, Naiah Dias. *Gestão e Política da Cultura e do Território: Pressuposto e Perspectivas*. LABAC/Laboratório de Ações Culturais Niterói, RJ, 2017.

RIBEIRO, Darcy- *O povo Brasileiro - a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, Editora Schwarc Ltda., 1995.

RODRIGUES, Luiz Augusto F.; CARREIA, Marcelo Silveira. *Escalas Locais na Gestão Cultural e nas Políticas Urbanas e Culturais. Jornadas de Estudios en Cultura y Comunicación*. San Martín, 2017.

SÁ, Teresa. Lugares e Não Lugares em Marc Augé. *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, 2014.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. Universidade de São Paulo- Geografia. São Paulo, 1999.

SHANCHEZ, Fernanda; GUTERMAN, Bruna; LAIBER, Paula. Disputas Simbólicas na Cidade Maravilhosa: Atores, Instrumentos e gramáticas territoriais. *XVI Enapur, Espaço, Planejamento e Insurgências*. Belo Horizonte, 2015.

WAQCANT, Loïc. Mapear o Campo Artístico. *Sociologia Problemas e Práticas*. Lisboa, 2005.